

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2024

A T I V O		
	2024	2023
CIRCULANTE	9.633.851,65	2.997.166,62
DISPONIVEL	9.237.714,21	2.540.503,26
CAIXA	5.305,79	8.201,71
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.324.454,09	114.203,87
APLICACOES COM LIQUIDEZ IMEDIATA	6.683.187,06	1.282.619,12
VALORES A RECEBER	202.329,48	234.690,11
CLIENTES A RECEBER	183.318,75	173.618,73
CONVENIOS A RECEBER	19.010,73	61.071,38
CONTRIBUICOES, DOACOES E SUBVENCOES A RE	1.015.644,00	864.422,82
CONTRIB.DOACOES SUBV A REC.	1.015.644,00	864.422,82
ADIANTAMENTOS	6.793,79	6.297,52
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	6.793,79	6.297,52
ADIANTAMENTOS	0,00	30.068,11
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	0,00	30.068,11
ESTOQUES	387.123,28	448.284,00
MERCADORIAS PARA PREST. SERVICOS	387.123,28	448.284,00
MEDICAMENTOS E DROGAS	156.409,10	205.203,96
MATERIAIS	230.714,18	243.080,04
DESPESAS ANTECIPADAS	9.014,16	8.379,36
PREMIOS DE SEGUROS A VENCER	9.014,16	8.379,36
NAO CIRCULANTE	17.057.280,95	2.207.207,74
CREDITOS	13.667.867,40	55.932,54
DEPÓSITOS JUDICIAIS / BLOQUEIOS	13.667.867,40	55.932,54
ATIVO IMOBILIZADO	3.389.413,55	2.151.275,20
IMOBILIZADO TECNICO	5.246.577,81	3.648.213,21
(-)DEPRECIACOES/AMORTIZACOES ACUMULADAS	1.857.164,26-	1.496.938,01-
TOTAL DO ATIVO	26.691.132,60	5.204.374,36

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2024

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2024	2023
CIRCULANTE	7.526.402,60	7.366.853,34
FORNECEDORES	849.237,91	764.649,78
FORNECEDORES NACIONAIS	585.481,75	497.876,77
FORNECEDORES GEN. ALIM.	14.849,73	18.601,84
FORNECEDORES OUTROS MATS.	494.171,79	398.167,07
FORNECEDORES SERVICOS	76.460,23	81.107,86
HONORARIOS A PAGAR	263.756,16	266.773,01
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	68.900,47	68.900,47
TITULOS A PAGAR	68.900,47	68.900,47
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	5.064.364,76	5.147.440,05
OBRIGACOES SOCIAIS	4.633.978,88	4.718.752,92
OBRIGACOES FISCAIS	430.385,88	428.687,13
OUTRAS OBRIGACOES	1.543.899,46	1.385.863,04
OBRIGACOES COM PESSOAL	372.076,15	364.886,83
ADIANTAM. E FATURAM. / ANTECIP. ALUGUEIS	138.169,51	138.169,51
ANTECIPAÇÕES DE ALUGUEIS FUTUROS	138.169,51	138.169,51
OBRIGACOES DIVERSAS A PAGAR	18.009,80	18.383,88
CONTAS A PAGAR AGUA/TELEFONE/CONVENIOS	18.009,80	18.383,88
CONTRIBUIÇÕES, DOAÇÕES E SUBVENÇÕES A RE	1.015.644,00	864.422,82
CONTRIBUIÇÕES, DOAÇÕES E SUBV A REALIZAR	1.015.644,00	864.422,82
NAO CIRCULANTE	13.667.525,00	150.589,24
ACAO TRABALHISTA	13.667.525,00	42.925,00
ACAO TRABALHISTA	13.667.525,00	42.925,00
ACAO TRABALHISTA	13.667.525,00	42.925,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS - LP	0,00	107.664,24
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS - LP	0,00	107.664,24
TOTAL DO PASSIVO	21.193.927,60	7.517.442,58
PATRIMONIO LIQUIDO	5.497.205,00	2.313.068,22-
PATRIMONIO SOCIAL	971,06	971,06
PATRIMONIO SOCIAL SUBSCRITO	971,06	971,06
RESERVAS DE REAVALIACAO	1.085.547,44	1.085.547,44
RESERVAS DE REAVALIACAO DO ATIVO	1.085.547,44	1.085.547,44
SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERC ACUMULADOS	4.410.686,50	3.399.586,72-
SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERC ACUMULADOS	4.410.686,50	3.399.586,72-
SALDO ANTERIOR	3.399.586,72-	4.154.540,22-
RESULTADO DO EXERCICIO	7.810.273,22	754.953,50
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.691.132,60	5.204.374,36

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, TOTALIZANDO TANTO NO ATIVO COMO NA SOMA DO PASSIVO COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO, A IMPORTÂNCIA SUPRA DE R\$ 26.691.132,60 (VINTE E SEIS MILHOES E SEISCENTOS E NOVENTA E UM MIL E CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

HNHN - HOSPITAL N SRA DA SAUDE
CNPJ:81.161.697/0001-84 NR:02 - 25/02/1941
Praça SAO BENEDITO, 251 Bairro: CENTRO
Santo Antônio da Platina - PR CEP: 86430-000

FL. 3
PG. 3

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2024

RESPONSAVEL TECNICO

JOSE ROBERTO MOTA DE BARROS
DIRETOR GERAL
C.P.F. 374.404.389-49
R.G. 3069371-0 PR - SSPPR

ALEX SANDRO DOS SANTOS
Contador
C.R.C. PR-038926/O9
C.P.F. 017.956.149-94
R.G. 6146223-6 PR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2024

	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	22.770.761,32	13.006.329,21
RECEITAS AREA DA SAUDE	2.213.546,90	2.127.693,49
PARTICULARES	2.213.546,90	2.127.693,49
DIARIAS HOSP	647.834,09	559.613,29
TAXA DE SALA	524.529,13	523.391,67
MEDICAMENTOS	620.832,04	448.809,22
MATERIAL HOSP	250.901,52	235.889,40
RAIO - X	2.616,42	1.845,00
OXIGENIO	52.189,17	125.934,68
NITROGENIO	10.322,80	38.730,00
ELETROCARD	8.644,00	6.075,00
FOTOTERAPIA	3.918,00	5.313,90
INALACOES	765,00	3.290,00
EXAMES ANATOMO	0,00	12.525,00
CURATIVOS	1.035,00	125,00
SND NUTR / DIET	270,00	348,00
DIF CONVENIOS	13.760,00	16.762,00
OUTROS ATENDIMENTOS	31.547,48	101.646,52
DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00	97,20
APARELHOS CENTRO CIRURGICO	114,00	25.375,33
BOLSA DE SANGUE	10.800,00	12.650,00
GRATUIDADES	33.000,00	0,00
OUTRAS	0,00	2.250,02
DROGAS E MEDICAMENTOS - CENTRO CIRURG	0,00	1.178,00
MATERIAL HOSPITALAR - CENTRO CIRURG	468,25	5.844,26
CONVENIOS ENTIDADES PUBLICAS	5.018.838,04	5.098.555,03
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.018.838,04	5.098.555,03
CONVENIO COM O SUS-AMB	0,00	8.524,66
CONVENIOS COM SUS-AIH	5.018.838,04	5.090.030,37
CONVENIOS ENTIDADES PRIVADAS	2.599.771,48	2.287.208,60
CONVÊNIOS	2.599.771,48	2.287.208,60
CASSI - BANCO DO BRASIL	13.973,26	39.737,10
SAUDE CAIXA	3.199,65	1.099,71
UNIMED	2.377.597,34	2.044.042,24
SANEPAR	100.687,18	151.264,05
COPEL	54.943,08	6.004,12
SAUDE BRADESCO	17.962,86	2.759,72
SAS - SISTEMA ATENDIMENTO A SAUDE	31.408,11	42.301,66
ISENÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.754.507,80	1.419.039,72
ISENÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.754.507,80	1.419.039,72
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	11.184.097,10	2.073.832,37
SUBVENÇÕES, CONVENIOS E DOAÇÕES	11.184.097,10	2.073.832,37
SUBVENCOES MUNICIPAIS	2.051.518,82	1.321.174,47
SUBVENCOES ESTADUAIS	2.117.376,03	704.826,64
DOACOES	15.202,25	47.831,26
PRECATORIOS	7.000.000,00	0,00
DEDUCOES DA RECEITA BRUTA	41.121,57-	3.151,31-
ABATIMENTOS	41.121,57-	3.151,31-
(-) CONTAS GLOSADAS	6.464,72-	3.151,31-
(-) DEVOLUÇÕES DIVERSAS	1.951,11-	0,00
(-) DEVOLUÇÃO CONVENIO PREFEITURA	151,44-	0,00
(-) DEVOLUÇÃO CONVENIO REGIONAL SAUDE	32.554,30-	0,00
RECEITA LÍQUIDA	22.729.639,75	13.003.177,90
DESPESAS OPERACIONAIS	3.112.144,35-	2.604.770,69-
MATERIAIS - CONSUMO	3.112.144,35-	2.604.770,69-
MEDICAMENTOS / DROGAS	1.001.880,96-	940.373,46-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2024

	2024	2023
MATERIAIS HOSPT	561.205,45-	588.476,67-
MATERIAIS CIRURG	121.321,66-	79.629,79-
MATERIAIS ORTOP	19.995,47-	7.762,74-
MATERIAIS RAO - X	0,00	1.824,00-
MATERIAIS DE LAVAND	39.808,44-	36.464,55-
MATERIAIS LIMP / DESINF	157.941,24-	152.990,72-
GENEROS ALIMENTICIOS	316.794,09-	268.639,16-
IMPRESSOS MAT ESCRIT	71.815,10-	54.273,91-
MATERIAIS DIVERSOS	115.510,65-	95.493,88-
MAT UTENS PEQ DURACAO	9.818,85-	5.180,33-
OXIGENIO	218.186,08-	191.273,92-
GAS - COZINHA	27.682,10-	27.789,00-
ROUPARIA E SIMILARES	117.655,43-	60.644,20-
ORTESES / PROTESES	225.001,31-	18.427,14-
OXIDO NITROSO	50.873,32-	75.527,22-
ESTERILIZACAO DE MATERIAIS	56.654,20-	0,00
CUSTO DOS SERVICOS PRESTADOS	11.745.873,12-	9.594.771,95-
DESPESAS GERAIS	9.996.715,92-	8.237.245,67-
SALARIOS E ORDENADOS	5.401.751,89-	4.664.301,03-
INSS PARTE EMPREGADOS	697,24-	0,00
INSS PARTE PATRONAL	1.693.587,39-	1.369.767,51-
FGTS	483.416,71-	390.434,02-
SEGURO DE VIDA FUNCIONARIOS	8.786,69-	8.262,98-
13.SALARIO	470.862,35-	374.072,75-
FERIAS E INDENIZACOES	494.767,95-	400.707,45-
DEPRECIACOES	360.226,25-	266.631,59-
MANUTENCAO E REPAROS	248.743,81-	273.686,11-
ENERGIA ELETRICA	982,00-	940,55-
COMUNICACOES	5.151,55-	3.579,69-
INFORMATICA	70.784,96-	59.630,04-
REPRODUCOES PROPAGANDAS E PUBLICIDADES	2.973,80-	0,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	3.225,96-	2.778,35-
OUTRAS	2.370,00-	9.733,00-
SEGUROS	2.215,90-	0,00
FRETES E CORREIOS	8.544,47-	4.940,17-
EXAMES DIVERSOS	195.193,80-	171.735,49-
DESPESAS DE VIAGENS	55.300,89-	15.664,18-
FGTS JAM E MULTAS	265.729,37-	83.215,50-
XEROX E AUTENTICACOES	2.521,62-	237,31-
ASSINAT JORNAIS E REVISTAS	4.860,00-	603,90-
MENSALIDADE ENTIDADES	2.878,52-	1.614,83-
LOCACOES	29.213,84-	27.636,43-
P.I.S.	60.920,41-	49.272,21-
DESPESAS CARTORIO	777,66-	705,44-
DESPESAS COM PROJETOS	26.981,65-	0,00
DESPESAS C/ PROCESSOS	128,85-	0,00
DESPESA C/ LIXO CONTAMINADO	49.189,28-	44.187,33-
ESTAGIARIO	10.931,11-	12.907,81-
GRATUIDADES	33.000,00-	0,00
HONORARIOS	2.047.277,64-	1.330.284,62-
HONORARIOS ADVOCATICIOS	35.278,79-	144.529,96-
HONORARIOS MEDICOS	1.716.811,79-	1.123.648,72-
HONORARIOS CONTABEIS	0,00	1.302,00-
HONORARIOS DIVERSOS	295.187,06-	60.803,94-
DESPESAS FINANCEIRAS	51.635,68-	49.627,56-
JUROS PAGOS	41.193,57-	42.082,36-
IOF	5.457,70-	2.574,31-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2024

	2024	2023
DESPESAS BANCARIAS	4.984,41-	4.970,89-
(-)RECEITAS FINANCEIRAS	435.404,19	41.064,37
JUROS RECEBIDOS	0,00	96,55
DESCONTOS OBTIDOS	471,65	1.118,34
REND.S/APLIC.FINANCEIRAS	434.932,54	39.849,48
DESPESAS TRIBUTARIAS	79.073,83-	5.490,96-
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	79.073,83-	5.490,96-
DESPESAS INDEDUTIVEIS	6.574,24-	13.187,51-
MULTAS FISCAIS	6.574,24-	13.187,51-
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	61.349,06-	47.770,76-
ACOES TRABALHISTAS	61.349,06-	47.770,76-
CONTABILIDADE (PERITO)	1.236,52-	0,00
CUSTAS PROCESSUAIS	608,72-	1.420,76-
ACAO TRABALHISTA	59.503,82-	46.350,00-
SUPERÁVIT LIQUIDO DO EXERCICIO	7.810.273,22	755.864,50

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DA PRESENTE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

RESPONSAVEL TECNICO

JOSE ROBERTO MOTA DE BARROS
DIRETOR GERAL
C.P.F. 374.404.389-49
R.G. 3069371-0 PR - SSPPR

ALEX SANDRO DOS SANTOS
Contador
C.R.C. PR-038926/O9
C.P.F. 017.956.149-94
R.G. 6146223-6 PR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do Período	7.810.273,22	755.864,50
Ajustes:		
Depreciação	360.226,25	266.631,59
Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00	911,00-
SUPERÁVIT (DEFÍCIT) AJUSTADO	8.170.499,47	1.021.585,09
Aumento (Diminuição) Ativos e Passivos Circulantes		
Atendimentos Realizados	32.360,63	61.852,46-
Adiantamentos a Fornecedores	496,27-	0,00
Adiantamentos a Empregados	30.068,11	2.487,33
Depositos Judiciais	13.611.934,86-	34.315,14-
Estoques de Bens e Serviços	61.160,72	128.541,98-
Despesas Antecipadas	634,80-	571,32-
CAIXA GERADO PELAS OPERACOES	5.318.977,00-	798.791,52
Fornecedores de Bens e Serviços	84.588,13	96.972,16-
Obrigações com Empregados	7.189,32	118.228,55
Obrigações Tributárias	190.739,53-	74.563,93-
Outras Obrigações a Pagar	374,08-	2.458,53-
Ação Trabalhista	13.624.600,00	21.650,00
CAIXA LIQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.206.286,84	764.675,45
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	1.598.364,60-	330.488,27-
CAIXA LIQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	1.598.364,60-	330.488,27-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
CAIXA LIQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.607.922,24	434.187,18
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.405.024,70	970.837,52
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	8.012.946,94	1.405.024,70

RESPONSÁVEL TÉCNICO

JOSE ROBERTO MOTA DE BARROS
DIRETOR GERAL
C.P.F. 374.404.389-49
R.G. 3069371-0 PR - SSPPR

ALEX SANDRO DOS SANTOS
Contador
C.R.C. PR-038926/O9
C.P.F. 017.956.149-94
R.G. 6146223-6 PR

“NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024”

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O **Hospital Nossa Senhora da Saúde** é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja finalidade é prestar assistência médica, hospitalar, social e religiosa, garantindo atendimento integral à saúde para todos que buscarem seus serviços, sem qualquer distinção. Além disso, a instituição desenvolve atividades educacionais na área da saúde e promove a formação humana, técnica, cultural e religiosa.

A entidade possui o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social**, concedido pelo processo SIPAR nº 25000.081984/2021-85.

Em **16 de junho de 2021**, foi deferida a renovação do certificado por meio da **Portaria nº 687**, publicada no **Diário Oficial da União (DOU)** em **8 de novembro de 2021**, com validade até **7 de novembro de 2024**. Posteriormente, essa certificação foi prorrogada até **31 de dezembro de 2025**.

Essa certificação confere à entidade benefícios fiscais, incluindo **imunidade do Imposto de Renda**, conforme o artigo **150 da Constituição Federal**, e **isenção da Contribuição Social sobre o Superavit**, da **cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** e da **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)**, conforme estabelecido na **Lei nº 8.212/1991**.

2 – APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

A Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliário (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda para apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais.

3 – FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão entregues a Receita Federal por meio do SPED Contábil.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dessas estimativas e premissas, em decorrência da imprecisão do processo de sua determinação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de convênios, outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores, empréstimos bancários, e outras dívidas. Os instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo acrescido de eventuais encargos ou reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

c) Receitas de convênio e subvenções

Os recursos provenientes de convênios são reconhecidos como receita quando a Entidade atende às condições contratuais estabelecidas e no momento em que as despesas correspondentes são incorridas.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados neste grupo incluem o saldo em caixa, depósitos à vista em conta bancária e outros recursos com características de liquidez equivalente, com disponibilidade imediata ou em até 90 (noventa) dias, sujeitos a um risco insignificante de variação de valor.

e) Aplicação de liquidez imediata

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

f) Ativos circulantes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

g) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoque contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos drogas e Medicamentos, materiais hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2024 é de R\$ 387.123,28.

h) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, as taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

i) Obras em andamento

As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. Deverá demonstrar o custo do projeto, da mão-de-obra e dos materiais.

j) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

l) As despesas e as receitas

Estão registradas de acordo com o princípio contábil de competência.

m) Patrimônio líquido

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados, acrescido do resultado do exercício ocorrido.

n) Ajuste a valor presente

23Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo não estão sendo apresentados pelo seu valor presente, pois os efeitos relativos aos ajustes conforme calculados pela Administração da Entidade foram considerados irrelevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

o) Apuração do resultado

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, Os. Rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
<i>Recursos financeiros livres</i>		
<i>Caixa</i>	5.305,79	8.201,71
<i>Bancos conta movimento</i>	1.324.454,09	114.203,87
<i>Aplicações com liquidez imediata</i>	6.683.187,06	1.282.619,12
	8.012.946,94	1.405.024,70

6 – CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

	2024	2023
<i>Clientes (pacientes)</i>	48.205,14	44.014,14
<i>Clientes (seguros)</i>	73.525,10	73.625,10
<i>Clientes (cartões de crédito)</i>	61.488,51	55.979,49
<i>Convênio Privado</i>	19.010,73	61.071,38
<i>Adiantamentos</i>	6.793,79	36.365,63
<i>Subvenções e Convênios a Receber</i>	1.015.644,00	864.422,82
	1.224.667,27	1.135.478,56

7 – ESTOQUES

	2024	2023
<i>Mercadorias para prestação de serviço</i>		
<i>Medicamentos</i>	156.409,10	205.203,96
<i>Material hospitalar</i>	128.664,38	152.017,19
<i>Material cirúrgico</i>	58.079,96	63.873,89
<i>Material ortopédico</i>	7.421,51	8.131,72

Almoxarifado

36.548,33		19.725,01
387.123,28		448.284,00

8 – IMOBILIZADO

		2024	2024	2023
	%	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
<i>Terrenos</i>		84.356,01	0,00	84.356,01
<i>Edificações</i>	%	233.213,02	95.922,46	143.713,64
<i>Maq. e equipamentos</i>	%	2.292.445,97	1.082.093,47	767.909,78
<i>Móveis e utensílios</i>	%	1.239.911,43	587.595,41	526.867,19
<i>Veículos</i>		84.990,00	2.833,00	82.157
<i>Obras em andamento</i>		120.327,20	0,00	120.327,20
<i>Benf. em Propr. de Terceiros (a)</i>		1.021.870,12	21.288,39	435.238,69
<i>Software Maq e Inf</i>		169.464,06	67.431,53	72.862,69
		5.246.577,81	1.857.164,26	2.151.275,20

(a) Construções em andamento classificado como Benfeitoria em Propriedade de Terceiros

9 – FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

	2024	2023
<i>Fornecedores de bens</i>	509.021,52	416.768,91
<i>Fornecedores de serviços</i>	76.460,23	81.107,86
	585.481,75	497.876,77

10 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2024	2023
<i>Obrigações Sociais</i>		
<i>INSS</i>	1.279.344,93	1.377.408,68
<i>INSS patronal</i>	3.290.649,97	3.290.649,97
<i>FGTS</i>	63.037,04	49.612,80
<i>Sindicato e associações</i>	804,00	938,53
<i>Contribuição social</i>	142,94	142,94
	4.633.978,88	4.718.752,92
<i>Obrigações fiscais</i>		
<i>IRRF</i>	311.690,60	309.487,62
<i>PIS s/fopag</i>	112.587,56	112.587,56
<i>COFINS, CSLL, PIS (cod 5952)</i>	6.107,72	6.611,95
	430.385,88	428.687,13
	5.064.364,76	5.147.440,05

11 – OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

	2024	2023
<i>Salários e ordenados</i>	366.482,86	360.505,52
<i>Férias</i>	0	0,00
<i>Décimo terceiro</i>	0	0,00
<i>Rescisão contrato</i>	1335,07	2.606,57
<i>Outros</i>	4.258,22	1.774,74
	372.076,15	364.886,83

12 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2024	2023
<i>Repasse dos honorários (a)</i>	263.756,16	266.773,01
<i>Antecipação de alugueis Instituto do rim (b)</i>	138.169,51	138.169,51
<i>Outras Obrigações</i>	18.009,80	18.383,88
	419.935,47	423.326,40

(a) Valores referentes a repasses do SUS AIH, ambulatorio e convênio, e honorários diversos.

(b) Antecipação para a construção do Instituto do rim anexo ao Hospital.

13 – EMPRÉSTIMOS A PAGAR

	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<i>Banco Sisprime</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Banco do Brasil</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Uniprime CH Especial</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Nota Promissória</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Outros (a)</i>	68.900,47	0,00	68.900,47	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

(a) Corresponde a valores CH pré-datados não quitados.

14 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2024	2023
<i>Provisão para contingências trabalhistas (a)</i>	13.667.525,00	42.925,00
	13.667.525,00	42.925,00

(a) A provisão para ações trabalhistas refere-se a processos movidos pelo SINSAUDE que representa

91 funcionários, para os quais foi realizada uma estimativa baseada na média de **R\$ 150.000,00 por ação**, totalizando **R\$ 13.650.000,00**.

Essa provisão é constituída com base em análises jurídicas e contábeis, considerando o estágio atual dos processos, a probabilidade de perda e os possíveis impactos financeiros. O valor provisionado tem o objetivo de garantir que a Entidade esteja preparada para eventuais desembolsos decorrentes dessas demandas, assegurando a adequada gestão dos riscos trabalhistas e o cumprimento de suas obrigações legais.

15 – PARCELAMENTOS – LONGO PRAZO

	2024	2023
<i>Inss – parcelamento longo prazo (a)</i>	0,00	107.664,24
	0,00	107.664,24

a) Parcelamento Simplificado Previdenciário quitado em junho de 2024

N. parcelamento	Quant.	Quitação	Em Aberto
63.692.973-0	60	60	0
63.742.061-6	60	60	0
63.761.420-8	60	60	0
63.820.714-2	60	60	0
63.890.454-4	60	60	0
64.296.665-4	60	60	0
63.906.710-7	43	60	0

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Patrimônio social

Compostos pelas doações, subvenções e contribuições patrimoniais recebidas em anos anteriores.

b) Superavit/Déficit

Composto pelos superavits ou déficits apurados anualmente desde a data da constituição da Entidade. Após formalização do processo de aprovação dos superavits e déficit anteriores e o Déficit do exercício corrente, os mesmos serão incorporados ao Patrimônio social com preceitua a ITG 2002.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumento de valores atribuídos e elementos do ativo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado.

17 – RECEITAS E CONVÊNIO ÁREA DA SAÚDE

	2024	2023
<i>Contas particulares</i>	2.180.546,90	2.127.693,49
<i>Convênios entidades públicas (a)</i>	5.018.838,04	5.098.555,03
<i>Convênios entidades privadas</i>	2.599.771,48	2.287.208,60
<i>Isonções usufruídas (b)</i>	1.754.507,80	1.419.039,72
<i>Gratuidades</i>	33.000,00	0,00
<i>Subvenções Municipais, convênios (c)</i>	2.051.518,82	1.321.174,47
<i>Subvenções Estaduais (d)</i>	2.117.376,03	704.826,64
<i>Doações (e)</i>	15.202,25	47.831,26
<i>Precatório (f)</i>	7.000.000,00	0,00
	22.770.761,32	13.006.329,21

a) Compreende os valores repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o cumprimento das metas quantitativas e qualitativas de internação e atendimentos ambulatoriais, conforme estabelecido no convênio e/ou contratualização (POA). Esses valores seguem a tabela do SUS, conforme os contratos firmados.

b) Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, a entidade beneficente certificada terá direito à isenção do pagamento das contribuições. (Item 21).

c) Subvenções Municipais, Termo de Fomento firmado com a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, sob o nº 023/2024, no valor de **R\$ 1.842.740,00**, em 13/08/2024, tem como objetivo manter o hospital em funcionamento, garantindo o estoque mínimo de medicamentos, materiais hospitalares, gêneros alimentícios, material de limpeza, material de expediente, tecidos e software para atendimentos à população do município.

Além disso, o Termo de Fomento nº 030/2024, no valor de **R\$ 300.000,00**, firmado em 18/09/2024, tem como finalidade apoiar a realização de cirurgias ortopédicas. Já o Termo de Fomento nº 010/2024, no valor de **R\$ 40.000,00**, visa apoiar a execução do projeto "Sobreviver", destinado à aquisição de materiais hospitalares, farmacológicos, materiais de acondicionamento e embalagem, além de gêneros alimentícios.

d) Foram recebidos os seguintes incentivos, convênios e emenda parlamentar:

- Incentivo do programa Nota Paraná no valor de **R\$ 26.358,74**;
- Complemento ao desembolso para pagamento de salários do piso nacional da categoria no valor de **R\$ 839.777,80**;
- Termo de Convênio nº 360/2023, firmado em 20/12/2023 junto à SESA, no valor de **R\$ 448.590,00**, com o objetivo de equipar a instituição com uma mesa cirúrgica e um arco cirúrgico;
- Termo de Convênio nº 036/2024, firmado em 10/05/2024 junto à SESA, no valor de **R\$ 400.000,00**, com a finalidade de manutenção de equipamentos e aquisição de insumos,

incluindo materiais farmacológicos, hospitalares, de expediente, de cama, mesa e banho, de copa e cozinha, de limpeza e higiene, além de tecidos e aviamentos;

- Termo de Convênio nº 351/2024, firmado em 05/12/2024 junto à SESA, no valor de **R\$ 400.000,00**, com o objetivo de aquisição de insumos.

e) As doações recebidas em numerário estão classificadas em conta única, sem distinção entre pessoa jurídica e pessoa física. No entanto, foram emitidas notas fiscais contendo nome, endereço, CPF ou CNPJ e a finalidade da doação. Já as doações de equipamentos, materiais e outros itens foram classificadas em suas respectivas contas.

f) Notas Explicativas Precatório

1. Contextualização e Base Legal

O Hospital Nossa Senhora da Saúde recebeu, no exercício de 2024, um precatório no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), referente a uma ação judicial contra o Sistema Único de Saúde (SUS) por contratos não executados. O valor recebido foi contabilizado em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, especialmente a NBC ITG 2002 que trata das entidades sem fins lucrativos.

Desta forma este recurso oriundo do processo nº 5002401-75.2023.4.04.7001 sendo o exequente HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SAUDE e executado Advocacia Geral da União que representa complementação e atualização dos recursos oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS) referente ao período 08/2013 a 06/2021.

2. Contabilização do Precatório

De acordo com a NBC ITG 2002, os recursos oriundos de precatórios devem ser reconhecidos como receita no momento do recebimento. Neste caso, o valor do precatório foi integralmente reconhecido como receita operacional no período, considerando que se trata de indenização relativa a serviços prestados ao SUS e não pagos no passado.

O lançamento contábil realizado foi:

Recebimento do precatório

- Débito: Caixa/Bancos – R\$ 7.000.000,00
- Crédito: Precatório a Receber – R\$ 7.000.000,00

Reconhecimento da Receita

- Débito: Precatório a Receber – R\$ 7.000.000,00
- Crédito: Receita de Precatório – R\$ 7.000.000,00

3. Destinação dos Recursos

Conforme decisão da Diretoria do Hospital Nossa Senhora da Saúde, os recursos recebidos serão aplicados em melhorias estruturais e operacionais do hospital, conforme detalhado abaixo:

- Ampliação das instalações físicas: Investimentos em obras para aumentar a capacidade de atendimento do hospital;

- Melhoria da infraestrutura: Modernização de sistemas elétricos, hidráulicos e de climatização, Rede de Dados / Servidores;

- Compra de equipamentos cirúrgicos: Aquisição de equipamentos médicos de alta tecnologia para otimizar os procedimentos cirúrgicos e garantir maior segurança aos pacientes.

Os gastos decorrentes dessas aplicações serão contabilizados como despesas operacionais ou investimentos, conforme sua natureza, e registrados em contas específicas para permitir o acompanhamento detalhado da utilização dos recursos.

4. Conformidade com as Normas Contábeis

A contabilização e a divulgação dos valores seguem os princípios fundamentais de contabilidade, especialmente o Princípio da Competência. Além disso, a transparência na destinação dos recursos está alinhada às melhores práticas de governança corporativa, garantindo que os objetivos institucionais sejam alcançados de forma ética e responsável.

5. Considerações Finais

O recebimento do precatório representa um marco importante para o Hospital Nossa Senhora da Saúde, pois possibilitará avanços significativos na qualidade dos serviços prestados à comunidade.

18 – DESPESAS COM PESSOAL

	2024	2023
<i>Salários (a)</i>	5.401.751,89	4.664.301,03
<i>Férias</i>	494.767,95	400.707,45
<i>13º salário</i>	470.862,35	374.072,75
<i>Treinamento de pessoal</i>	0,00	0,00
<i>Estagiário</i>	10.931,11	12.907,81
	6.378.313,30	5.451.989,04

a) Inclusos os repasses do PISO NACIONAL A ENGERMAGEM.

19 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O superavit do período de 2024, será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução nº 1.409 de 2012 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros o valor do superavit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

20 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

21 – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SAÚDE** é uma Entidade sem fins lucrativos, que tem como atividade a prestação de serviços educacionais, sociais e também na área de saúde. É imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

22 – CARACTERÍSTICAS DA IMUNIDADE

O **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SAÚDE** é uma Entidade sem fins lucrativos, que tem como atividade a prestação de serviços educacionais, sociais e também na área de saúde, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

23 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos;

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

24 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

O **HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SAÚDE** é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº 12.101/09, cumpri os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das

competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

- aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- atende o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidade pública;
- consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei nº 8.742/93 (LOAS) e decreto nº 6.308/07.
- Possui certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

25 – ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Conforme o artigo 29 da Lei 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91.

26 – ISENÇÃO PIS SOBE FOLHA DE PAGAMENTO

Conforme ação movida pelo HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SAÚDE em face da UNIÃO, visando o reconhecimento de sua imunidade tributária com relação às contribuições para a seguridade social, tendo em vista sua condição de entidade filantrópica sem fins lucrativos.

Ante o exposto, nos termos da fundamentação, CONFIRMO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA e, resolvendo o mérito na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos pela parte autora para:

a) Reconhecer-lhe a imunidade prevista no art. 195, §7º, da Constituição Federal (contribuições patronais da CF, art. 195, I e §4º e o PIS), cujos fatos geradores sejam posteriores a 12/02/2006, (três anos anteriores ao protocolo de seu pedido de certificado junto ao CNAS 12/02/2009 evento 01, doc. 07); A imunidade não abrange o dever de desconto e repasse, na condição de responsável tributário, das contribuições devidas pelos segurados empregados e demais prestadores de serviços.

b) Reconhecer-lhe a isenção quanto às contribuições devidas a terceiros, nos moldes da Lei 11.457/2007, art. 3º, §5º, cujos fatos gerados tenham ocorrido posteriormente a 02/05/2007 (art. 51, II).

c) Declarar a inexistência de relação jurídico tributária em relação a qualquer lançamento ou auto de infração efetuado/lavrado contra a parte autora que inob serve a imunidade e a isenção nos termos em que declaradas acima (itens 'a' e 'b').

Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (2%)
- TERCEIROS (5,8% - Saúde)
- PIS sob/folha – (1%)

FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E OS VALORES CONTABILIZADOS

Levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução do CFC nº 1.185/09) vigentes em consonância com as Normas Internacionais (NIC 1), a Entidade não pode compensar ativos com passivos e nem receitas com despesas, salvo alguma Norma Específica, demonstraremos a forma de contabilização e seus respectivos valores das isenções usufruídas pela Entidade no ano de 2024.

Registro da Despesa;

Grupo: Obrigações Sociais e Fiscais

D- conta 617 – Inss Patronal

C- conta 524 - Inss a Recolher Patronal – R\$ 1.221.072,56

D- conta 617 – Inss Patronal - Terceiros

C- conta 524 - Inss a Recolher Patronal – R\$ 353.338,38

D- conta 617 – Inss Patronal - Rat

C- conta 524 - Inss a Recolher Patronal – R\$ 121.840,82

D- conta 839 – Pis

C- conta 529 - Pis s/Fopag a Recolher – R\$ 60.920,41



Registro na isenção

Grupo: Isenções de contribuições sociais

D – conta 524 – Inss a Recolher Patronal

C – conta 1586 - Isenções de contribuições sociais – R\$ 1.693.587,39

D – conta 529 – Pis s/Fopag a Recolher

C – conta 1586 - Isenções de contribuições sociais – R\$ 60.920,41

JOSE ROBERTO MOTA DE BARROS
- DIRETOR GERAL-
CPF. 374.404.389-49

ALEX SANDRO DOS SANTOS
- CONTADOR -
CRC - PR 038926/O